

Micropolítica em *Mil Platôs*: uma leitura¹

João Leite Ferreira Neto*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Psicologia, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o conceito de micropolítica em *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari, explorando possibilidades de sua utilização. Focaliza o capítulo 9 do livro, analisando-o em suas três seções e buscando acompanhar a construção do conceito e suas dificuldades, em especial o dualismo que o acompanha. Nessa análise, dialoga-se tanto com textos críticos quanto com textos associados às ideias dos autores, apresentando elementos para compreensão do projeto filosófico que sustenta a discussão deleuzo-guattariana. Enfatiza-se, como princípio de leitura, que micro e macropolítica se distinguem, mas são inseparáveis. Com base nisso sugere-se uma leitura desses conceitos no campo das políticas públicas, focalizando sua articulação em vez de sobrevalorizar a micropolítica. Reconhece-se a disseminação de certo uso “neomoralista” desses conceitos em parte da literatura, o que é criticado por vários autores. Valoriza-se a fecundidade heurística dos conceitos diante do atual esgotamento das análises exclusivamente macropolíticas.

Palavras-chave: micropolítica, Deleuze & Guattari, políticas públicas, filosofia.

Ainda não conhecemos o pensamento de Deleuze. Com muita frequência, hostis ou adoradores, agimos como se esses conceitos nos fossem familiares, como se bastasse que eles nos tocassem para que estimássemos compreendê-los por meias palavras, ou como se já tivéssemos percorrido suas promessas. (Zourabichvili, 2004, p. 10)

Como anuncia Zourabichvili (2004) na epígrafe, os conceitos de Deleuze evocam uma familiaridade, por vezes enganosa, que pode induzir a um uso escolar, repetitivo, como se noções como linhas de fuga, máquinas de guerra ou mesmo micropolítica apresentassem sentidos autoevidentes, prescindindo da necessidade de percorrer “o movimento lógico que o conceito envolve”. Isso vale para os conceitos formulados em conjunto com Guattari. Além disso, a compreensão de um conceito demanda o conhecimento de qual é o campo problemático que o produziu. Deleuze (2003) propõe: “[é] preciso confrontar os campos de problemas aos quais eles [os conceitos] respondem, para descobrir sob quais forças os problemas se transformam e exigem, eles mesmos, a constituição de novos conceitos” (p. 328). Assim, o trabalho com um conceito envolve tanto acompanhar o movimento lógico que comporta, apreendendo suas conexões internas, quanto a análise da relação entre o conceito e o campo problemático que o constituiu. Cada retomada consistente do conceito, em outro momento, acarreta sua experimentação em outro campo

de problemas diferente do original. Por conseguinte, certa apreensão da dinâmica entre o conceito e seu campo problemático torna-se uma condição necessária para seu manejo potente em outros campos problemáticos, ultrapassando a mera reprodução do vocabulário de modo pretensamente familiarizado. É dessa relação entre conceito e problema que um pensamento estabelece sua relevância e as condições para seu uso.

O objetivo deste artigo é analisar o conceito de micropolítica no capítulo nove de *Mil Platôs*, explorando algumas dificuldades e possibilidades de sua utilização. Em consonância com a advertência da epígrafe de que “ainda não conhecemos” esse pensamento, apresento aqui *uma* leitura que intenta explorá-lo e experimentar seu uso no estudo das políticas públicas no Brasil.

Tomando o conjunto da obra de Deleuze e de Guattari, podemos considerar que encontramos nesses autores muitos sujeitos, que sustentam ocasionalmente pontos de vista diferentes: temos Deleuze e temos Guattari em seus trabalhos individuais, e temos a produção conjunta de ambos. Entre essas três “assinaturas” há multiplicidades e variações. Deleuze diz que mesmo em seu trabalho conjunto com Guattari, às vezes, chegavam a compreender um mesmo conceito, como “corpo sem órgãos”, “de maneira diferente” (Deleuze, 2003, p. 220). Descreve também como Guattari apresentava ideias de modo eletrizante, e como ambos compartilhavam cartas e debates presenciais. A redação final ficava a cargo de Deleuze. Enquanto a obra de Guattari estava ligada a sua prática clínica em La Borde e a seu trabalho de ativismo político, tendo um caráter assistemático, Deleuze desenvolvia um sistema filosófico, o que acabou impondo certa configuração à obra conjunta. Encontramos trechos de autoria deleuzo-guattariana

¹ Informações de financiamento: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Bolsa de produtividade.

* Autor correspondente: jleitef@pq.cnpq.br

reproduzindo, de modo bem semelhante, outros textos produzidos anteriormente apenas por Deleuze². Em decorrência de Deleuze ocupar essa função de redator principal do trabalho da dupla, recorri a três de seus livros individuais (Deleuze, 1992, 2003, 2006), compostos de entrevistas, cartas e pequenos artigos, para extrair alguns elementos esclarecedores sobre o trabalho em *Mil Platôs*. Portanto, para entendermos o campo problemático desses conceitos, precisamos ter noções do debate filosófico que animava o projeto de Deleuze e como isso contaminou seus trabalhos com Guattari.

A opção em efetuar essa leitura ancorada no projeto deleuziano implicou na negligência às contribuições de Felix Guattari. Ressalta-se que seus conceitos são uma criação conjunta. As expressões molar e molecular, macro e micropolítica, como ele próprio declara, são suas contribuições oriundas da formação em Farmácia (Guattari & Rolnik, 1986). Contudo, pelas razões expostas anteriormente, fiz a opção de situar o projeto deleuziano como pano de fundo para análise do tema, explorando apenas secundariamente a contribuição de Guattari, na medida em que a construção filosófica deleuziana deu o contorno definitivo à colaboração entre os dois.

Trabalharei aqui com a análise em detalhe do capítulo 9 associada a textos específicos de Deleuze vinculados à discussão da política. O diálogo com a literatura que discute o tema atravessa este texto. Recorre-se tanto a autores mais próximos a Deleuze e Guattari, quanto a autores mais refratários às suas contribuições.

Deleuze formou-se em um ambiente intelectual dominado pela fenomenologia e pela filosofia hegeliana, liderada por Jean Wahl e Jean Hyppolite, seu coorientador de tese de *agrégation*. Nesse ambiente filosófico iniciou seu projeto filosófico de superação do hegelianismo construindo uma “metafísica da diferença não hegeliana” (Gutting, 2011, p. 39). O enfrentamento da dialética por meio de uma ontologia da diferença constitui um elemento fundamental do campo problemático deleuziano: como pensar a diferença por ela mesma, de modo que ela não seja subsumida pela lógica dialética da contradição? Em sua resenha do livro de Hyppolite *Lógica e existência* publicada em 1954, Deleuze (2006) já expunha tanto sua adesão à tese de Hyppolite de que “a filosofia deve ser uma ontologia” (p. 23), quanto sua discordância da centralidade do conceito de contradição, pois esta apreende apenas “o aspecto fenomênico e antropológico da diferença” (p. 27). Demarcava assim as bases de seu projeto filosófico. Anos mais tarde, ele afirmará que uma sociedade não se define por suas contradições, como preconiza o marxismo, mas “por suas linhas de fuga”, tema central na discussão sobre micropolítica (Deleuze & Guattari, 1996, p. 94).

Desde o início de sua obra, Deleuze portava a intuição de que o paradoxo é o *pathos* da filosofia, aquilo a que ela deve responder sem tomar o caminho dialético de superação dialética das contradições por uma síntese totalizante

pacificada. Visava operar por sínteses disjuntivas, o que Zourabichvili (2004) considera “o operador principal da filosofia de Deleuze” (p. 106). Não é de balde que o primeiro texto coescrito por nossos autores em 1970, e republicado em *O Anti-Édipo*, tem por título “A síntese disjuntiva” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 104).

Sem a pretensão de realizar uma revisão sistemática de literatura, procurei situar alguns dos pontos-chaves do debate sobre micropolítica referindo-me aos autores de maior destaque. Nessa revisão o tema micropolítica na acepção deleuzo-guattariana apareceu pouco. Bell (2003) lembra que mesmo que Deleuze seja um dos mais influentes filósofos franceses, seu impacto na teoria política ainda é baixo. Mesmo entre os autores mais próximos do pensamento deleuziano, a utilização do conceito de micropolítica é reduzido. Em uma coletânea bastante citada, intitulada *Deleuze and Politics*, apenas um dos 12 artigos aborda diretamente a micropolítica. Na busca no Portal de Periódicos Capes encontrou-se várias referências à expressão micropolítica em sentidos variados, contudo poucos artigos exploram diretamente o conceito em Deleuze e Guattari. Em função disso recorreu-se a livros que trabalham o tema geral da política na obra desses autores.

Qual a razão dessa tendência de uso reduzido desse conceito na literatura? Minha hipótese é de que há um impasse entre o uso de dualismos, mesmo com o objetivo de superá-los, e certos efeitos colaterais decorrentes dessa escolha na recepção e no uso desses conceitos.

Em contrapartida, a temática geral da política na obra de Deleuze e Guattari é bastante abordada pela literatura, mesmo que muitas vezes com forte acento crítico. Dosse (2010, p. 416), ao abordar a recepção da obra de Deleuze e Guattari após a morte de ambos, aponta que as principais críticas se concentraram em suas “orientações políticas”. Faço a seguir uma breve síntese da discussão com o objetivo de apresentar a variedade de caminhos tomados por esse debate.

Os autores mais próximos a Deleuze e Guattari salientam os elementos inovadores de suas contribuições em face de um momento de certo esgotamento dos modelos clássicos de análise política. Lazzarato (2011), por exemplo, aborda o tema em sua pesquisa sobre trabalhadores do setor de espetáculo na França diante da atual onda neoliberal. Ele advoga que as contribuições de Deleuze, Guattari e Foucault possuem uma “fecundidade heurística”, que escapa às análises macropolíticas de viés exclusivamente socioeconômico. Zourabichvili (2000, p. 338) sublinha a dimensão “involuntarista” de criação de “novas possibilidades de vida” da política deleuziana, não centrada no querer ou na vontade. Segundo o autor, o diferencial deleuziano está em não projetar a construção de uma conjuntura desejável, o que implicaria em acreditar em outro mundo, mas acompanhar “a emergência de novos campos possíveis”, acreditando no encontro neste mundo (p. 354). Em suma, trata-se de uma política imanente de atenção ao acontecimento, que inova ao não postular um modelo prévio e transcendente de sociedade ideal.

2 A discussão sobre as linhas do capítulo 9 é antecipada em outro livro de Deleuze (1998), escrito três anos antes.

De outro lado, temos estudiosos mais refratários, em grande parte marxistas e/ou hegelianos, que apontam fragilidades e inconsistências nas proposições políticas de Deleuze e Guattari. O mais hostil deles, Zizek (2008), em seu livro sobre Deleuze, sugere que o mesmo é um “ideólogo do capitalismo tardio” (p. 256) e considera seu enfoque demasiadamente abstrato e genérico. Entende que seu projeto político de revolução, sustentado por uma ontologia do devir produtivo e pela oposição molecular/molar, é tributário do “tema esquerdista [...] da velha ideia da multidão viva, espontânea, contraposta ao Sistema opressivo reificado” (p. 57). Na avaliação de Zizek, essa proposta é insuficiente para fornecer bases sólidas para uma mudança social ampla devido a seu caráter marginal e minoritário, restrito às “fendas da ordem social” (p. 278), que teria na experiência zapatista no México sua principal referência concreta, cujos resultados globais no país são pouco expressivos. Assim, essas práticas minoritárias teriam um espectro de transformação restrito a experiências isoladas, com pouca abrangência social.

Garo (2008), em abordagem mais amena, também apresenta críticas à noção de política em Deleuze. censura o que considera seu “vitalismo ontológico” assentado na “metáfora de fluxo”, que embaçaria as distinções analíticas necessárias entre diferentes dimensões do real, acarretando formulações obscuras (p. 58). Além disso, sugere que as propostas políticas de Deleuze e Guattari parecem incapazes de favorecer ações políticas de espectro amplo, permanecendo restritas a uma escala micro.

Badiou (1997) escreveu um influente livro baseado em troca de correspondência com o próprio Deleuze, que carrega um misto de discordância e admiração em relação ao filósofo. Nele, entre outros aspectos, critica o vitalismo de base bergsoniana de Deleuze, que atribuiria uma força transcendente a algo chamado “vida” como tendo alta carga metafórica e baixa capacidade analítica³.

Este artigo está organizado em duas seções. Na primeira, mais extensa, realizo a análise do conceito de micropolítica a partir do capítulo 9 de *Mil Platôs*, em diálogo com a literatura; na segunda, retomo o debate em torno do conceito, propondo uma leitura sobre seus possíveis usos.

Micropolítica e segmentaridade

A expressão micropolítica é utilizada 16 vezes em *Mil Platôs*, sendo duas vezes na introdução, cinco no capítulo 3, cinco no capítulo 8, duas no capítulo 13 e oito vezes no capítulo 9. Em nota, os autores avisam que os platôs, “em certa medida”, podem ser lidos de modo independente uns dos outros, à exceção da conclusão (1995, p. 6). A orientação é adequada apenas parcialmente, como eles

próprios admitem. O capítulo 8 prepara a discussão do capítulo 9, o que fica patente pelo grande número de citações feitas à noção de micropolítica no capítulo precedente.

A estrutura formal do capítulo 9 é composta por três seções com uma divisão apenas por espaço de linha, sem subtítulos, mas com temáticas centrais diferentes, mesmo que associadas. Na versão brasileira, as divisões estão na p. 90 e na p. 102, em acordo com o original francês (Deleuze & Guattari, 1980). Na primeira seção, o tema é a noção de segmentaridade, desenvolvido por meio de um diálogo com a etnografia. A segunda focaliza a micropolítica e possui referências de literatura mais plurais. A terceira tem um tom mais conclusivo, concentra-se na noção de linhas.

Segmentaridades

O capítulo se inicia acentuando uma dinâmica em movimento: “Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções” (p. 83). Todas as atividades cotidianas são segmentarizadas, tais como habitar, circular, trabalhar, brincar.

O texto não traz uma definição de segmentaridade, mas aponta que é uma noção construída pelos etnólogos na lida com as “sociedades ditas primitivas, sem aparelho de Estado central fixo” (p. 84). Apresenta uma classificação das figuras de segmentaridade: a binária, a circular e a linear, enfatizando que são misturadas e podem se transformar segundo diferentes perspectivas.

Essas distinções bipartites ou tripartites atravessam todo o livro. Aliás, o movimento de construir e ao mesmo tempo desfazer dualismos, está presente na obra de ambos desde *O anti-Édipo*, e mesmo na obra anterior de Deleuze (Deleuze, 2006). Apesar da ressalva dos autores de que “servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo o modelo” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 32), essa escolha metodológica acarreta consequências que serão postas em análise adiante.

Após apresentarem as três figuras de segmentaridade, a primeira, binária; a segunda, circular; e a terceira, linear, Deleuze e Guattari afirmam que os Estados modernos não são menos segmentarizados e, portanto, manter o dualismo clássico entre segmentário e centralizado não faz sentido. O Estado se exerce sobre segmentos, além de possuir segmentaridade própria. Ao mesmo tempo em que recusam o dualismo entre o segmentário e o centralizado, propõem outro, distinguindo dois tipos de segmentaridade: a primitiva e flexível e a moderna e dura. A partir disso, retomam a análise das três figuras de segmentaridade.

Elas são atravessadas por mecanismos que nuançam sua característica principal: a binária traz uma combinação plural; a circular pode operar concentricamente, endurecendo-se; e a linear pode ser sobrecodificada. A diferença a ser marcada é entre os mecanismos das sociedades primitivas e os da sociedade moderna. Deleuze e Guattari sintetizam as diferenças entre a segmentaridade dura e a flexível acentuando as características das três figuras: na primeira a binarização direta em vez das multiplicidades

³ Essa interpretação tem sido questionada por outros autores. Crockett (2013), em seu estudo sobre o livro de Badiou, considera que este negligencia a importância de Nietzsche para Deleuze, em favor da de Bergson, o que o impediu de “entender adequadamente a filosofia de Deleuze” (p. 13). Enfim, a acusação de vitalismo, mesmo que recorrente, não é consensual na apreensão de sua obra.

variadas; na segunda, a concentricidade moderna que garante ressonância, impossibilitada nas sociedades primitivas; e na terceira, a sobre-codificação que configura um espaço homogêneo.

Concluem dizendo que quando opõem uma segmentaridade dura expressa pela árvore a uma segmentaridade flexível expressa pelo rizoma, “não é só para indicar dois estados de um mesmo processo, é também para evidenciar dois processos diferentes” (1996, p. 89). As sociedades primitivas operam por códigos variados e territorialidades, enquanto as modernas substituíram os códigos por uma sobre-codificação unívoca e as territorialidades por uma reterritorialização específica.

Temos assim, nessa primeira parte do capítulo 9, um texto que se movimenta construindo, desfazendo e reconstruindo dicotomias. Michel Hardt escreve uma das cinco resenhas publicadas nas orelhas dos volumes da tradução brasileira de *Mil Platôs*, realçando as dicotomias presentes no livro (Hardt, 1997). Agrega ainda um efeito dessa estrutura de escrita: “o texto nos convida a censurar um pólo e afirmar o outro” (p. 1, itálicos meus). Abaixo o Estado, viva a máquina de guerra! O mesmo vale para o rizoma contra a árvore, o molecular contra o molar, o micro contra o macro e assim por diante. Entretanto, ressalta Hardt, numa leitura mais atenta do texto perceberemos que os termos não estão em oposição absoluta com o outro. Além disso, nenhum deles é exclusivo de seu outro, mas se encontram misturados. Finalmente, não há garantia de liberação nos polos supostamente revolucionários na medida em que cada termo carrega em si o seu contrário. Classificando o livro como um trabalho político, Hardt afirma a complexidade da obra, que não deve ser reduzida a palavras de ordem, mas acompanhada em sua complexidade e distinções flutuantes.

Mesmo concordando em parte com as questões colocadas por Hardt, considero que o dilema não se resolve apenas mediante uma leitura “mais de perto” e que o uso de seus conceitos como palavras de ordem não é de fácil superação. Além do mais, tanto Deleuze quanto Guattari fazem defesas explícitas do rizomático, do molecular, do micropolítico contra o arbóreo, o molar e o macropolítico⁴, embora não cessem de reconhecer a presença do arbóreo no rizoma e da macropolítica em seu entrelaçamento à micropolítica. Hardt reconhece o viés axiológico do texto ao afirmar que “nos convida a censurar um polo” em favor do outro. Na Introdução de *Mil Platôs*, os autores detalham os princípios do rizoma para ao final proporem o slogan: “faça rizoma e não raiz, nunca plante!” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 36), além de considerarem que a árvore traz uma “imagem triste” da filosofia. Mas a organização molar deveria ser considerada “triste” do ponto de vista da política? No capítulo 9 também encontramos uma descrição que indica a primazia do molecular sobre o molar

ou macropolítico. Portanto, existe um manejo desses conceitos que pode gerar leituras mais axiológicas e mesmo moralistas, diferentemente do que propõe Hardt.

Stengers (2009), filósofa que durante vários anos acompanhou os seminários de Guattari, adverte contra essa tendência sugerindo que a aceitação não problematizada da oposição dos conceitos nos conduz “quase irresistivelmente a modos maníacos de diferenciação entre o molar e o molecular no qual o tema sempre designa caminhos de salvação ou perdição”, criando um “neomoralismo antimolar”, apesar dos esforços de Deleuze e Guattari para evitar esse tipo de leitura em *Mil Platôs* (Stengers, 2009, p. 184). Em minha ótica, como indicado anteriormente, esse esforço presente em *Mil Platôs* convive com certa exaltação de um dos eixos contra o outro, mesmo com a constante advertência de que são inseparáveis.

Roberto Machado, que trabalhou seu pós-doutorado com Deleuze e acompanhou seus cursos por vários anos, desenvolve uma análise mais estrutural do mesmo problema. Considera que a filosofia de Deleuze sofre de uma dificuldade teórica constitutiva: “uma incompatibilidade entre seu constante elogio da multiplicidade” e sua afirmação, de um dualismo antagonico persistente (Machado, 2009, p. 23). A justificativa oferecida por Deleuze e Guattari na Introdução não é suficiente para evitar a avaliação de Machado de que eles construíram uma filosofia dualista. Interpretação similar é realizada por Žižek (2008) em sua crítica a Deleuze, que considera o seu dualismo, entre o Devir e o Ser, como tendo um estatuto axiológico do “bem versus o mal” (p. 51).

Embora Machado apresente uma boa análise do problema filosófico colocado pelo uso das dicotomias, considero seus argumentos, em parte, insuficientes para rebater duas justificativas dos próprios autores de estarem construindo um monismo pluralista. Em primeiro lugar, Deleuze e Guattari julgam não haverem construído um dualismo ontológico ou axiológico, nem uma oposição entre dois modelos distintos por se tratar, na perspectiva deles, de um modelo transcendente associado a um processo imanente, que incessantemente o reverte, ou seja, um modelo que se afirma e um processo que o desfaz. Um segundo aspecto salientado pelos autores é que os dualismos são um “problema de escrita”, utiliza-se “expressões anexas para designar algo exatamente” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 32). Ou seja, a escrita lança mão de dualismos para atingir um processo que recusa todo modelo, perpassando os dualismos como “inimigo necessário” permanentemente deslocado. Mesmo assim, esse complexo entrelaçamento entre o esforço teórico e a dificuldade da expressão escrita tem facultado interpretações diversas, algumas em direções distintas das pretendidas pelos autores.

Entendo que a ideia central é não criar conceitos que possam operar independentemente de certo caminho do pensamento, de certo modo de investigação. Os autores visam não operar com categorias transcendentais, mas com microanálises de estados mistos eivados de complexidade, tornando inseparável o processo da análise de seu

⁴ Essa posição pró micropolítica extravasa para o âmbito da ação política. Mesmo nos esforços de criação de redes macrosociais, como a Rede Alternativa à Antipsiquiatria ou o movimento pelas rádios livres, tratava-se sempre de uma iniciativa fora do aparato estatal (Dosse, 2010).

resultado. Portanto, sua escrita não é um modelo a ser repetido ou mimetizado, trata-se de uma cartografia processual em ato. Assim, pode-se entender que operam com dualismos estratégicos e processuais; são atualidades de partida e armas de combates aos dualismos, ontológicos e axiológicos, existentes hegemonicamente. Portanto, é um dualismo estratégico, processual, que visa a alcançar um monismo caracterizado pela multiplicidade.

Foucault, em seu elogioso artigo sobre dois livros lançados por Deleuze em 1969, advertia sobre o perigo que a filosofia de Deleuze corria ao “querer livrar-se das categorias”. A empreitada poderia conduzir tanto à “maravilhosa multiplicidade das diferenças”, almejada por Deleuze, quanto ao confuso, ao “nivelamento uniforme” de uma análise fracassada, que caminha na direção da tolice (Foucault, 2000, p. 248). Certas leituras de Deleuze tem feito esse caminho, considerado neomoralista por Stengers (2009), ao demonizarem as macropolíticas em favor de uma micropolítica supostamente inventiva e libertária, sustentando uma leitura axiológica dos dualismos percorridos e desconstruídos por Deleuze e Guattari.

No movimento que acompanhamos de deslocamento constante dos dualismos, os autores iniciam a argumentação analisando as três figuras de segmentaridade presentes nas sociedades primitivas sem Estado a partir das pesquisas etnológicas. Afirmam que as sociedades modernas, com Estado, não são menos segmentarizadas, portanto a dicotomia inicial, entre o segmentário e o centralizado se desfaz e dá lugar a outra. A distinção não está na presença de segmentaridades ou de centralização, pois neste quesito as sociedades se assemelham, mas no modo de composição ou no agenciamento das segmentaridades, de caráter duro ou flexível. Assim, o primeiro dualismo dá lugar a um segundo, mais complexo e variado, ancorado na noção de segmentaridade dura e flexível, que se divide a partir de diferentes modos de configuração das três figuras de segmentaridade num deslocamento que aprofunda e pluraliza a análise comparativa.

Micropolíticas

Partindo do pressuposto de que toda sociedade e todo indivíduo são atravessados por duas segmentaridades, Deleuze e Guattari propõem um princípio analítico crucial: se estas se distinguem por possuírem configurações diversas, por outro lado são inseparáveis, coexistem, uma sempre pressupondo a outra.

Podemos extrair certa caracterização do conceito a partir das oito citações à noção de micropolítica. A primeira citação decorre de uma afirmativa prévia do atravessamento de toda sociedade e indivíduo pelas duas segmentaridades, distinguíveis, mas inseparáveis. Daí decorre, segundo os autores, que “tudo é político, mas toda política é *ao mesmo tempo* macropolítica e micropolítica” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 90, *italicos meus*).

Deleuze e Guattari estabelecem uma homologia entre segmentaridades e política. Na sequência do texto temos

diversas descrições de entrelaçamentos das segmentaridades no campo das percepções, das classes e massas, da burocracia e mesmo do fascismo, cuja discussão é mais extensa. O que a análise desses exemplos procura demonstrar é a inseparabilidade entre a segmentaridade molar e a molecular, entre a macro e a micropolítica. Esses conceitos não se prestam a classificações ou avaliações apressadas. A dimensão plural do molecular, sempre entrelaçado às demarcações molares, impede a montagem de um quadro classificatório definitivo.

É evidente que a contribuição diferencial dos autores não está na segmentaridade molar, na macropolítica, que possui um modelo classificatório mais conhecido, mas reside na segmentaridade molecular e na micropolítica, que mesmo contando com a indiscernibilidade que lhe é própria, traz uma novidade à discussão política. O princípio de que ambas as dimensões estão permanentemente entrelaçadas nos conduz ao entendimento de que não se deve substituir a análise macropolítica pela micropolítica, mas agregam a segunda à primeira. Contudo, a presença de agenciamentos complexos na dimensão molecular entrelaçados com a molar torna seu manejo mais suscetível a erros de avaliação tanto no nível prático quanto no nível teórico. Os autores antecipam quatro possíveis erros, a meu ver bem frequentes, na compreensão e no uso da noção de segmentaridade molecular.

O primeiro erro é axiológico e acredita que o molecular, por ser mais flexível, é melhor que o molar. O exemplo do fascismo retorna para demonstrar que certa micropolítica pode ser até mais nociva. O segundo é psicológico, de supor que o molecular remete ao individual e ao interindividual, sendo que se trata de um âmbito tanto real quanto social. Aqui vale mencionar a tradição da Psicologia, desde Kurt Lewin, que tende a reduzir o político ao inter-relacional ou mesmo ao intrassubjetivo e se mostra um nicho significativo de equívocos na medida em que no Brasil a apropriação da obra desses autores por psicólogos brasileiros é extensa. O terceiro interpreta macro e micro como tamanho de formas grandes e pequenas, que em geral aparece na literatura associado ao segundo erro, opondo-se relações interpessoais diferenciadas às demandas institucionais protocolares mais verticalizadas nas grandes organizações. Contrariamente a esse uso, os autores lembram que mesmo que o molecular opere no detalhe, ele pode ser “coextensivo a todo campo social”, tal como a organização molar (p. 93). O último erro seria esquecer que mesmo qualitativamente diferentes há sempre uma relação proporcional entre ambas de forma direta ou inversa. Ou seja, de um lado, a força de uma organização molar pode suscitar maior molecularização de seus elementos; de outro, o que consideram o mais importante, os movimentos moleculares podem desestabilizar e transformar organizações molares.

Na outra citação encontramos a afirmativa de que a micropolítica não se define pela pequenez de seus elementos, “mas pela natureza de sua massa – o fluxo de *quanta*”,

5 A ideia de *quanta*, extraída da física quântica, refere-se à “menor quantidade possível pela qual pode mudar de valor uma grandeza física observável na passagem de um valor discreto para outro” (Houaiss & Villar, 2009, p. 1585).

por sua diferença em relação à linha de segmentos molar” (p. 96). Numa nota de rodapé comparam-na com a microfísica foucaultiana, que apesar de operar no detalhe, compõe um “diagrama abstrato, coextensivo a todo o campo social”. Temos assim uma preocupação com uma medida infinitesimal que pode provocar mudanças em conjuntos maiores, o que Deleuze e Guattari classificam como dimensão “molecular” em oposição e ligação permanente com a dimensão molar macropolítica. Eles falam de uma “potência micropolítica ou molecular” (p. 92) como um campo de intensidades que não cessa de agitar e remanejar os segmentos macropolíticos. Essa medida molecular de fluxos de *quanta* recebe, no texto, duas séries de elementos que ajudam a concretizar a noção. Temos inicialmente “uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc.” (p. 90), que continuamente modifica os grandes conjuntos binários como os sexos ou as classes; e temos os fluxos “de crença e de desejo”: os dois aspectos de todo agenciamento e “fundo de toda sociedade” (p. 98). Essa segunda série tem como decorrência o esvaziamento da distinção entre o social e o individual, estabelecendo a diferença mais crucial entre “o campo molar das representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos” (p. 98), onde a mesma distinção perde o sentido.

A noção de fluxos de *quanta* deriva da obra de Gabriel Tarde em seu interesse pelo “mundo do detalhe”, se distanciando do estudo das grandes representações coletivas proposto por Durkheim. Na perspectiva micropolítica, uma sociedade não se define por suas contradições, mas por “suas linhas de fuga, [...] Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias” (p. 94). Este aspecto é amplificado na terceira seção. Apesar da multiplicação de pequenos exemplos nesse capítulo, de ordem histórica, econômica, antropológica ou sociológica, não é simples apreender, por essas referências, como se operacionaliza uma análise assentada por essa perspectiva.

Na parte final dessa segunda seção, Deleuze e Guattari retomam a noção mais ampla de política, apresentando uma formulação do processo político. Consideram que a política, apesar de operar por macrodecisões e escolhas binárias, têm uma extensa dimensão de indecidibilidade, pois “a decisão política mergulha necessariamente num mundo de indeterminações, atrações e desejos, que ela deve sentir ou avaliar de um outro modo” (p. 102). Possui, assim, julgamentos molares, mas seu acontecer é micropolítico.

As três linhas

Na terceira seção, Deleuze e Guattari estendem a bipartição molar/molecular em uma tripartição entre linhas duras, flexíveis e de fuga, essas últimas “marcadas por *quanta* e definidas por descodificação e desterritorialização” (p. 102). Elas são “estritamente misturadas”, tendo por figuras os impérios, as tribos e as máquinas de guerra. Essa tripartição é retomada na forma de dois tipos de máquinas abstratas e de três zonas de um centro

de poder. Sem entrar nos detalhes dessas suas últimas classificações, vale apontar que elas retomam o dualismo, nas máquinas abstratas de sobredecodificação, com seu binarismo reterritorializante e na de mutação que opera por descodificação e desterritorialização. Quanto aos centros de poder, são analisados a partir de uma tripartição concomitante como comportando três zonas: a de potência, relativa aos segmentos duros, a de indiscernibilidade relativa ao tecido microfísico e a zona de impotência, relativa aos fluxos e *quanta*. Nessa última, o centro de poder só consegue converter, mas é incapaz de controlar ou determinar. Paradoxalmente é dessa zona que “cada centro de poder extrai sua potência” (p. 108). Na sequência, os autores aplicam essa classificação em uma instigante análise do sistema monetário, que não será explorada aqui.

O texto se encerra com uma análise dos perigos presentes em cada linha, retomando a preocupação presente no livro sobre ao uso prudente dos conceitos propostos. O primeiro é o *Medo* de perder, que ligado à dimensão tranquilizadora da segmentaridade dura, nos torna resistentes diante da fuga e da mudança; o segundo, a *Clareza* do molecular, que nos levaria a desterritorializar para “inventar reterritorializações marginais piores” (p. 110), o que a literatura marxista avalia como sendo a tendência do projeto micropolítico deleuziano (Garo, 2008; Zizek, 2008), mas que Deleuze e Guattari antecipam como sendo uma direção não desejável e um de seus perigos; o terceiro, o *Poder*, pois há a tentação de se deter às linhas de fuga e “fixar a máquina de mutação na máquina de sobredecodificação” (p. 111).

Os três primeiros perigos têm em comum a resistência de duas linhas em relação à linha de fuga, interrompendo ou evitando a desterritorialização. Patton (2010, p. 142), em sua discussão sobre a ontologia política de Deleuze, considera que esta é portadora de uma “ética do devir” ou “da desterritorialização”, no âmbito de uma razão prática. Nesse sentido é plausível a sugestão de que o debate sobre a micropolítica se insere mais no campo da ética do que no da política, em seu sentido forte. Enfim, a importância dada por Deleuze e Guattari às linhas de fuga induz ao fomento de experimentações e alternativas sem um modelo prévio a ser implementado. Nessa perspectiva, as linhas de fuga apresentam-se como o núcleo dessa ontologia e por isso o quarto perigo referente a elas é considerado como “aquele que mais nos interessa” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 111).

O quarto perigo é denominado de o grande *Desgosto*, concernido diretamente às linhas de fuga. Sendo elas linhas de criação, carregando vetores de desterritorialização, seu único perigo não é uma futura reterritorialização. Ao invés de se conectar com outras linhas e aumentar suas potências, ela pode se transformar em destruição, em “abolição pura e simples” (p. 112). Aqui retomam o tema do fascismo, que seria constituído por uma linha de fuga intensa, transformada em linha de destruição. A discussão sobre o perigo da linha de fuga ligada ao fascismo encerra

o capítulo 9, considerado o perigo maior. Foucault, em seu prefácio à edição americana de *O Anti-Édipo* em 1977, já indicava o fascismo como o inimigo maior de Deleuze e Guattari, não somente no nível macropolítico, mas principalmente no terreno micropolítico, no cotidiano, tomando o livro como um tratado de ética, “uma introdução à vida não fascista” (Foucault, 1996, p.199).

Zourabichvili (2004, p. 57) reconhece o primado do conceito de linha de fuga, que “define a orientação prática da filosofia de Deleuze”. Essa orientação prática situaria a discussão micropolítica mais no campo da ética que no da política *stricto sensu*. Essa é a interpretação de Foucault e outros estudiosos em dissonância com o próprio Deleuze, que considerava *O Anti-Édipo* e *Mil Platôs* como livros de filosofia política (Deleuze, 1992). Badiou (2009) entende que as máximas deleuzianas de “escapar ao controle”, “acreditar no mundo” e “precipitar os acontecimentos” pertencem ao domínio da ética, não da política, e que se há uma discussão política em Deleuze, está colocada em sua bem formulada análise do capitalismo, ainda que, na visão de Badiou, lhe falte “um verdadeiro cuidado de historiador” (p. 16). Nessa mesma direção, Mengue (2009) sugere que a micropolítica tem pouco a dizer politicamente porque é essencialmente “uma ética do devir” (p. 164). Mesmo que outros autores, como Patton (2010) e Zourabichvili (2004), defendam a existência de uma discussão política fortemente colocada, todos têm em comum o entendimento de que a ética ou a política deleuzo-guattariana está alicerçada no devir, nas linhas de fuga, na desterritorialização. Assim, a principal tarefa ético-política é desterritorializar, fazer vacilar ou escapar uma situação qualquer. Esse escape promovido pelas linhas de fuga é, ao mesmo tempo, uma tendência; “sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias”, bem como algo que pode ser estimulado por meio de experimentação. Temos demanda de um lado do acompanhamento da emergência de novos possíveis, e por outro de ação ética ou política na forma de experimentações, tema explorado no capítulo 6 de *Mil Platôs*. Esse é o sentido da formulação de Deleuze, tomada por Badiou (2009) como síntese ética: “Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle” (Deleuze, 1992, p. 218).

Enfim, enquanto a macropolítica opera por meio de uma organização binária, classificatória, assumindo o formato de macrodecisões, a micropolítica opera no detalhe, por meio de fluxos de intensidades que podem ser extensivos ao conjunto do corpo social, mas possuem um caráter de imprevisibilidade. As micropolíticas são um composto heterogêneo de “crenças e desejos” que compõe o “fundo da sociedade” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 98), operando no detalhe das percepções, afecções, conversas etc. Como lembra Guattari, o objetivo é promover “uma analítica das formações de desejo no campo social” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 127), garantindo o entrelaçamento analítico entre molar e molecular, micro e macro.

Políticas públicas entre macro e micropolíticas

As discussões anteriores sugerem que as avaliações díspares do trabalho de Deleuze e Guattari presentes na literatura decorrem, em parte, das dificuldades colocadas pelas escolhas de método de sua própria obra.

Gostaria de propor uma leitura da micropolítica esboçando uma breve discussão sobre políticas públicas. Não acompanho integralmente os argumentos de Deleuze e Guattari por evitar a sobrevalorização da desterritorialização como finalidade ético-política maior, além de valorizar o fortalecimento de certas institucionalidades, especialmente no campo das políticas públicas.

A proposta parte do princípio de que a macropolítica molar e a micropolítica molecular podem ser distinguidas no nível analítico, mas são sempre inseparáveis em seu acontecer. Assim, nosso foco não é a micropolítica em si, mas as *articulações* entre micro e macropolítica. Entendo que uma demonstração de seu uso tem uma fecundidade mais ampla que a formulação de uma definição fechada dos conceitos.

A construção das políticas sociais no Brasil nos anos 1980 demandou uma contínua costura na articulação desses dois níveis da política. Esses entrelaçamentos ocorreram desde a formação dessa agenda política por meio dos movimentos sociais, de massas, de espectro micropolítico, passando pelas negociações e pressões no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, até sua formalização no texto macropolítico da Constituição de 1988 e sua regulamentação na forma de lei. Ela foi, então, razoavelmente bem sucedida; houve um contínuo processo de articulações que não se assentavam apenas sobre macrodiretrizes, mas estavam entrelaçadas a uma molecularidade intensiva, que se apresentava inclusive na forma de ocupação estratégica da máquina estatal por parte de técnicos militantes e na participação social dos movimentos organizados, como foi o caso da saúde. O próprio processo de implementação no nível local dessas políticas num país de proporções continentais como o nosso dependeu, e ainda depende, dessa relação permanente entre macro e micropolítica nos níveis subnacionais. O esforço em articular o que é organizável e formalizável, que é próprio do âmbito molar, com o que é indiscernível, do domínio das crenças, desejos e microdeterminações, o que deve ser permanentemente avaliado ou pressentido, pode ser um caminho fértil de investigação ancorado nas propostas de Deleuze e Guattari. Entende-se ainda que essa avaliação envolve um cálculo político da relação proporcional entre o molar e o molecular, para o bem ou para o mal. De um lado a organização molar forte pode suscitar processos de molecularização; de outro, a fragilidade organizacional pode convocar práticas moleculares que a sustentam sem necessariamente promover mudanças reais, operando com “jeitinho” acomodações, sem realizar alterações substantivas. A ideia corrente de leis que “pegam” e de outras que “não pegam”, não decorre

das articulações entre as macrodecisões e a micropolítica, que a “faz” ou não acontecer?

Contudo, um segundo aspecto necessita ser esclarecido: como pressentir ou avaliar um domínio que por definição é composto de microdeterminações, percepções, afecções, conversas, crenças e desejos? Como obter algum nível de apreensão do molecular, mesmo reconhecendo sua vocação de imprevisibilidade? Um caminho que me parece promissor seria explorar o composto heterogêneo de “crenças e desejos” que compõe o “fundo da sociedade” brasileira (Deleuze & Guattari, 1996, p. 98). Esses fluxos atuam por imitação, oposição e invenção infinitesimais. Uma aproximação dos estudos históricos, sociológicos, antropológicos e mesmo literários sobre a formação da sociedade brasileira pode ser uma interface analítica fértil.

Um exemplo da relação entre sociedade e Estado no Brasil é a pesquisa de Nunes (2010) sobre quatro gramáticas políticas que concorrem para a formação dos laços entre sociedade e instituições formais no Brasil: “clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos” (p. 34). O clientelismo traz uma face afetivo-personalista informal, que permite privilégios de acesso aos “benefícios” do Estado, desde que as pessoas possuam esse canal diferenciado, o que é uma marca de nosso modo de colonização e que ainda permanece, com menos força que antes em nosso cenário institucional. O corporativismo e o insulamento burocrático, possuindo estrutura mais formalizada que o primeiro e, portanto, maior interface macropolítica, tiveram seu apogeu na Constituição de 1988 e obtiveram ganhos macropolíticos de caráter jurídico, mediante os quais segmentos organizados na máquina de Estado possuem acesso a mais direitos que o restante da população. Finalmente, o universalismo de procedimentos, iniciado na gestão Vargas, tem avançado na luta por direitos universais, como Constituição de 1988. Nesse caso, a construção de um aparato jurídico-constitucional macropolítico, mesmo como primeira batalha no contexto de uma luta maior, tem uma relevância que não pode ser subestimada.

Conforme aponta Nunes, essa dinâmica entre as diversas gramáticas pode ser não só um analisador dos movimentos históricos recentes, mas também um meio de trazer pistas para antever processos micro e macropolíticos que ainda estão em curso ou ainda advirão. Mesmo que o Estado seja uma invenção do século XVIII, pensá-lo é ainda uma tarefa política vital, mas hodiernamente com outra inflexão. Se o *Welfare State* europeu permanece um marco admirável de políticas públicas, não pode ser um modelo. Se ajudou a reduzir a desigualdade, o fez assentado em bases *top down*, macropolíticas tecnoburocráticas. Judt (2010), mesmo defendendo a socialdemocracia europeia, reconhece que esse viés tecnoburocrático gerou práticas de esterilização seletiva em alguns países escandinavos. Precisamos de uma política pública mais radicalmente democrática, *bottom up*, não apenas representativa, mas que franqueie participação inclusive durante sua formulação,

que inquiria quais são as “crenças e desejos” que animam a população brasileira (o que não é o mesmo de submeter-se ao seu conservadorismo hierarquizado, mas apostar que a participação política promove educação política concreta) e (re)formule constantemente seus julgamentos a partir dos processos micropolíticos.

Em resumo, acredito que um diálogo entre as ferramentas conceituais de *Mil Platôs* e os estudos sobre nossa brasilidade poderiam ser uma alternativa rica para a investigação substantiva de nossas micropolíticas. Esse ensaio interpretativo de um uso possível desses conceitos indica que sua alegada “imprecisão” dependerá de até onde conseguiremos avançar em análises mais detalhadas de situações concretas, tarefa ainda a ser realizada.

Conclusão

Concordo com Lazzarato (2011) quando afirma que as noções de macro e micropolítica possuem uma fecundidade heurística ainda a ser explorada, particularmente num período onde as análises macropolíticas revelam certo esgotamento. Apontar essas possibilidades é uma das intenções deste artigo.

Entendo que a apreensão dos conceitos deleuzo-guattarianos não deve ser dissociada de uma compreensão do projeto filosófico de Deleuze, sua superação do hegelianismo mediante uma filosofia monista das multiplicidades diferenciais. Mesmo que o uso isolado desses conceitos possa funcionar em algumas análises, se ganha clareza mantendo certa visão do campo problemático que originou o projeto deleuziano. Essa negligência é um fator que concorre para o erro axiológico no trabalho com esses conceitos.

Um segundo aspecto das leituras axiológicas e “neomoralistas” desses conceitos decorre não apenas de um suposto “mau uso”, mas da estratégia assumida pelos autores de recorrer processualmente aos dualismos, visando seu enfrentamento, o que gera um descompasso, fruto dessa assumida “anexatidão”. Por anteciparem isso, eles advertiam contra um uso axiológico do nível molecular, o que evidentemente não foi suficiente para que esse caminho fosse evitado.

Uma questão percorre este texto, sem ser em momento algum formulada abertamente: porque os autores realizam a apologia da micropolítica apesar de reafirmarem a inseparabilidade desta da macropolítica? Se a formulo apenas agora é por entender que ela mereça uma investigação específica. O argumento dos autores de que a macropolítica opera por modelo e a micropolítica é processo, e assim o que se defende é o processo, a fuga, o devir, não me parece suficiente, especialmente quando aproximamos esse enfoque do estudo das políticas sociais. Nesse caso, a construção de institucionalidades com alguma perenidade é um vetor importante, mesmo que se reconheça, em concordância com os autores, que existe fuga. Penso que explorar essa pergunta envolverá retomar o que ficou relegado neste trabalho: as contribuições

específicas de Guattari, esse parceiro relativamente negligenciado pela literatura no seu importante protagonismo na construção do trabalho em conjunto com Deleuze, como demonstrou Dosse (2010) em sua biografia cruzada sobre os dois amigos.

Enfim, o que Deleuze e Guattari buscaram, incessantemente, foi construir um olhar sobre a política do ponto de vista da micropolítica. Dado o caráter inovador desse conceito forjado diretamente no núcleo em que a política “acontece”, isso não é pouco.

Micropolitics in *A Thousand Plateaus*: a reading

Abstract: The aim of this paper is to analyze the concept of micropolitics in Deleuze and Guattari *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia* exploring possibilities for its use. The paper focuses on chapter 9 of the book, analyzed in its three sections, and seek to follow the construction of concept and its difficulties, particularly the dualism that accompanies it. In this analysis we dialogue both with critical texts and texts associated with Deleuze and Guattari's ideas, presenting elements for understanding the philosophical project that sustains deleuzoguattarian discussion. It is emphasized, as a start point, that micro and macro politics differ from each other, but are inseparable. On this basis we suggest a reading of these concepts in the field of public policy, focusing on their articulation rather than overestimating micropolitics. The spread of certain “neo-moralist” use of these concepts in much of the literature is recognized, which is criticized by several authors. We value heuristic fertility of the concepts given the current depletion of analysis that exclusively focus on macropolitics.

Keywords: micropolitics, Deleuze & Guattari, public policies, philosophy.

Micropolitique dans *Mille Plateaux*: une lecture

Résumé: Le propos de cet article est d'analyser la micropolitique chez Deleuze et Guattari dans leur oeuvre *Mille Plateaux*, en examinant quelques possibilités d'utilisation du concept. Le point de départ est le chapitre 9, analysé dans ses trois sections. L'auteur discute la construction du concept ainsi que ses difficultés, notamment en raison du dualisme qui l'accompagne. L'analyse essaie d'établir un dialogue soit avec les textes critiques, soit avec d'autres plus alignés avec ces auteurs. On y ajoute des éléments nécessaires à la compréhension du projet philosophique qui soutient la discussion deleuzo-guattarienne. Le texte tient au principe selon lequel malgré micro et macropolitique se distinguent, sont toutefois inséparables. Sur cette base l'auteur suggère une lecture de ces concepts dans le champ des politiques publiques, en soulignant leur articulation au lieu de surestimer celui de la micropolitique. On reconnaît ici la dissémination d'un certain usage “néomoraliste” de ces concepts, ce qui est d'ailleurs critiqué par d'autres. La fécondité heuristique des concepts est ici valorisée, compte tenu de l'actuel affaiblissement des analyses exclusivement macropolitiques.

Mots-clés: Micropolitique, Deleuze & Guattari, politiques publiques, philosophie.

Micropolítica en *Mil Mesetas*: una lectura

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el concepto de micropolítica en *Mil Mesetas* de Deleuze y Guattari, explorando las posibilidades de su utilización. El enfoque es el capítulo 9 del libro, analizándolo en sus tres secciones y acompañando la construcción del concepto y sus dificultades, especialmente el dualismo presente. En este análisis se dialoga tanto con textos críticos como con textos asociados a las ideas de los autores, presentando elementos para la comprensión del proyecto filosófico que sostiene la discusión deleuzo-guattariana. Se enfatiza, como principio de lectura, que micro y macropolítica se distinguen, pero son inseparables. Sobre esa base se sugiere una lectura de esos conceptos en el campo de las políticas públicas, con enfoque en su articulación en lugar de sobrevalorar la micropolítica. Se reconoce la diseminación de cierto uso “neomoralista” de esos conceptos en la literatura, lo que critican varios autores. Se valora la fecundidad heurística de los conceptos frente al actual agotamiento de los análisis exclusivamente macropolíticos.

Palabras clave: micropolítica, Deleuze & Guattari, políticas públicas, filosofía.

Referências

- Badiou, A. (1997). *Deleuze: o clamor do Ser*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Badiou, A. (2009). Existe-t-il quelque chose comme une politique deleuzienne? *Cités*, 40, 15-20.
- Bell, J. (2003). Between individualism and socialism: Deleuze's micropolitics of Desire, Grand Rapids, Michigan. Recuperado: <http://www2.selu.edu/Academics/Faculty/jbell/micropolitics.pdf>
- Crockett, C. (2013). *Deleuze beyond Badiou: Ontology, multiplicity, and event*. New York: Columbia University Press.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Deleuze, G. (1998). *Diálogos* (E. Ribeiro, trad.) São Paulo, SP: Escuta.
- Deleuze, G. (2003). *Deux régimes de fous*. Paris: Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (2006). *A ilha deserta*. São Paulo, SP: Iluminuras.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo*. São Paulo, SP: Ed. 34.
- Dosse, F. (2010). *Gilles Deleuze & Felix Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre, RJ: Artmed.
- Foucault, M. (1996). Uma introdução à vida não fascista. *Cadernos de Subjetividade*. (Num. esp.), 196-200.
- Foucault, M. (2000). *Theatrum Philosophicum. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 230-254). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1970)
- Garo, I. (2008). Molecular revolutions. Buchanan & Thoburn (Ed.), *Deleuze and politics* (pp. 54-73). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gutting, G. (2011). *Thinking the impossible: french philosophy since 1960*. Oxford: Oxford University Press.
- Hardt, M. (1997). Resenha [sem título]. In Deleuze & Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Judt, T. (2010). *O mal ronda a terra*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Lazzarato, M. (2011). *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos, SP: EduFSCar.
- Machado, R. (2009). *Deleuze: a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Mengue, P. (2009). From first sparks to local clashes. In Boundas (Ed.), *Gilles Deleuze: the intensive reduction* (pp. 161-186). Londres: Continuum.
- Nunes, E. (2010). *A gramática política do Brasil* (4a ed). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Patton, P. (2010). *Deleuzian concepts: Philosophy, colonization, politics*. California: Stanford University Press.
- Stengers, I. (2009). Histoire du milieu: entre macro et mésopolitique. *Inflexions: A Journal for Research-Creation* 13, 183-275. Recuperado de <http://www.inflexions.org/n3>
- Zizek, S. (2008). *Orgãos sem corpos: Deleuze e consequências*. Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud.
- Zourabichvili, F. (2000). Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). Alliez (Org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (A. Oliveira, trad.). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Zourabichvili, F. (2004). *Vocabulário de Deleuze* (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.

Recebido: 04/02/2014

Revisado: 06/09/2014

18/12/2014

Aceito: 27/02/2015